

O PROGRAMA DE PESQUISAS SOCIAIS ESTADO DA BAHIA - UNIVERSIDADE DE COLUMBIA: O SEU CONTEXTO

Ruy Medeiros¹

RESUMO: Este trabalho analisa o contexto que permitiu o convênio entre a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia e a Universidade de Colúmbia (Estados Unidos) para a implementação do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia, em seus aspectos políticos, sociais e culturais. Esse programa foi responsável por trabalhos de pesquisa e relatórios sobre comunidades baianas, consideradas representativas de zonas de localização: Alto Sertão, Recôncavo, zona de transição Recôncavo – Sertão e Região Cacaueira. Cientistas sociais americanos e brasileiros envolveram-se com o mencionado programa e deixaram estudos que se tornaram referências para outros estudiosos, e o presente texto menciona, igualmente, autores e escritos como passo introdutório de pesquisa maior sobre aquele programa ora desenvolvido pelo Projeto Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. É um exemplo de atividade de pós-graduação acadêmica (pesquisa e correspondente dissertação) vinculada a denso contexto político e destinada a finalidade do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Pesquisas Sociais. Estudo de Comunidades. Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia. Universidade de Colúmbia.

THE BAHIA STATE SOCIAL RESEARCHES PROGRAM – UNIVERSITY OF COLUMBIA: ITS CONTEXT

ABSTRACT: This work analyzes the context that allowed the partnership between The Science Development in Bahia Foundation (“Fundação para o Desenvolvimento no

¹ Especialista e Prof. do Curso de Direito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e integra o Projeto Museu Pedagógico desta. End. Rua dos FONSECAS, n. 30, Caixa postal 68. CEP: 45.000.000 – Vitória da Conquista – Bahia.
E-mail: ruy-medeiros@uol.com.br

Estado da Bahia”), Brazil, and The Columbia University (United States) in order to implement the Social Research in Bahia Program and its politics, social and cultural aspects. The Program mentioned above was responsible for research works and reports about Bahian communities, considered these as representatives of its regional zones: Alto Sertão, Recôncavo, Recôncavo-Sertão Transition Zone, and Região Cacaueira. Both American and Brazilian social scientists were involved with the program, leaving studies that later became reference for another scholars, and the present text mentions other authors and essays as well, in an introductory step for a greater research about the program developed by the Projeto Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Southwestern State University of Bahia’s Pedagogic Museum Project).

KEY WORDS: Social Research Program. Community Study Project. Partnership. The Science Development in Bahia Foundation. Columbia University.

1 O CONTEXTO LOCAL - ANTECEDENTES

Em 5 de outubro de 1930, o Diário Oficial do Estado da Bahia publicou o resultado das eleições para Governador, realizadas em 7 de setembro daquele ano. Pedro Lago foi eleito com seus 141.018 votos. Mas não assumiu o poder. A Revolução mudou as regras do jogo. Assumiu o governo do Estado, Custódio dos Reis P. Júnior, substituído logo depois por Ataliba Jacinto Osório, que não permaneceria, sucedido que foi por Leopoldo Afrânio B. do Amaral, por sua vez afastado e substituído por Arthur Neiva, que foi exonerado para dar lugar a Raimundo Rodrigues Barbosa – cinco Governadores em menos de dois anos.

O poder terminaria por ser ocupado por Juracy Montenegro Magalhães, jovem cearense, militar com 26 anos de idade, em 1931, para manter-se no posto de governador até 9 de novembro de 1937.

Pouco tempo após o novo governador (interventor) assumir o poder, todas as forças da política baiana puseram-se contra Juracy Magalhães, mesmo aqueles que apoiaram a Aliança Liberal em razão das disputas partidárias locais. A rigor, embora “O Jornal” e o “Diário da Bahia” tivessem marcado posição em favor da Aliança Liberal de Getúlio Vargas, foi pálido o apoio à Revolução de 1930 na Bahia. A simples indicação de Juracy Magalhães sinalizara o desfazimento da esperança que o grupo do ex-governador J.J. Seabra nutria de voltar ao governo.

Para Juracy Magalhães não se colocava de imediato a grande necessidade de apoio dos políticos mais evidentes da Bahia de então: Calmon, Seabra, Mangabeira, Luís Viana e Simões Filho, dentre outros. Poderia gradativamente, com o controle da burocracia, atrair para si muitos daqueles que gravitavam em

torno daqueles nomes. Estava o governador amparado nas armas e fora indicado para o cargo pelo poderoso vice-rei do Nordeste, Juarez Távora.

Com o passar do tempo, o governador imposto teve de cuidar de construir seu próprio grupo político. É que a oposição a seu governo aumentara e o processo da reconstitucionalização do País terminaria por afastá-lo da vida pública do Estado da Bahia, se ele não costurasse apoios políticos por todo o território baiano. Assim é que se esforça por angariar simpatia entre alguns políticos da capital, mas, sobretudo, busca os coronéis do interior. E é, prevalentemente, com esses coronéis que funda o PSD – Partido Social Democrático, em janeiro de 1933, após os coronéis do Vale do São Francisco terem contornado diferenças entre si em prévia reunião na cidade de Juazeiro.

Com o poder em mãos, podendo nomear a seu talante as autoridades locais, Juracy apoiou-se na força dos coronéis para criar o seu partido. Era com esses que pretendia obter o maior número de deputados à Assembléia Legislativa, colegiado que elegeria o governador constitucional da Bahia.

Poderosos mandões, os coronéis da Bahia haviam sido antes mais fortes, como acontecera nos grotões do País. Dois exemplos servem para deixar evidente sua força na República Velha: o “Convênio de Lençóis” e o auxílio no combate à Coluna Prestes.

Coronéis da Chapada Diamantina armados com seus jagunços revoltaram-se contra o Governo do Estado (Reação Sertaneja de 1920). A Revolta dos Coronéis cessou mediante acordo (“Convênio de Lençóis”) firmado por representantes do Comandante da Quinta Região Militar e aqueles chefes sertanejos. Obtiveram os coronéis, em referido convênio, dentre outras coisas, a isenção de responsabilidade civil e criminal pelos atos que praticaram durante a revolta, supressão de um município (Barra do Mendes), retirada de um chefe político do município onde exercia seu poder (Manuel Fabrício, de Campestre), compromisso de serem ouvidos para provimento de cargos públicos em comissão dos municípios de Lençóis, Brotas, Brotas de Macaúbas, Guarani, Brejinho, Wagner e Remédios. Vê-se que os coronéis impuseram derrota ao governo.

O outro fato que exemplifica o poder dos chefões locais é a sua participação no combate à Coluna Prestes. Horácio de Matos, coronel na Chapada Diamantina, Franklin Lins Albuquerque, Coronel do Vale do São Francisco, e Abílio Wolney, Coronel na Serra Geral de Goiás, foram convidados e autorizados a organizar batalhões de Jagunços para lutar contra a Coluna Prestes. E o fizeram. Contaram com o auxílio financeiro e de subsistência do Exército Brasileiro. Jagunços, sob a chefia dos coronéis, perseguiram a Coluna Prestes até esta internar-se na Bolívia. Um grupo de Jagunços ligados ao Coronel Franklin

Lins Albuquerque chegou mesmo a penetrar em território boliviano, porém guarnição militar da Bolívia não permitiu a incursão da jagunçada em solo desse país.

É evidente que a Revolução de 1930 desarmou os coronéis. Especialmente a Coluna João Facó retirou-lhes as armas. Mas isso não significa que aqueles tenham perdido todo o poder e correspondente importância política, ou que não tenham sido substituídos por pessoas semelhantes no poder dos municípios baianos. Ainda possuíam importância, especialmente aqueles que ocuparam as prefeituras após a Revolução de 1930.

Foi com os coronéis do interior baiano, principalmente, que Juracy Magalhães criou o seu PSD para, constitucionalizado o País, manter-se no poder com a consagração das urnas manipuladas pelo poder local, em eleição indireta para governador.

A oposição a Juracy Magalhães organizou seus partidos com vistas às eleições parlamentares baianas. Também pretendiam ocupar os espaços da Assembleia Legislativa que iria eleger o governador e dotar a Bahia de uma nova Constituição Estadual. Congregando oposicionistas, foram criados a LASP – Liga de Ação Social; PRL – Partido Republicano Liberal, e o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher.

Tanto na escolha de deputados federais à Constituinte Nacional, quanto na escolha de deputados à Assembleia Legislativa, Juracy Magalhães obteve grande vitória. Para a Assembleia Nacional Constituinte, o PSD Juracista elegeu vinte representantes, enquanto a oposição só conseguiu eleger J.J. Seabra e Aloísio de Carvalho Filho. Para a Assembleia Estadual Constituinte, as oposições reunidas na Concentração Autonomista da Bahia, criada por Otávio Mangabeira, não consegue êxito. Juracy obtém grande vitória nas eleições de 14 de outubro de 1934 e isso assegurou sua eleição, pela Assembleia Estadual Constituinte, ao cargo de Governador Constitucional da Bahia.

Ao tempo, Juracy já contava com pessoas de expressão em seu partido. Para a Assembleia Nacional Constituinte conta com advogados, professores universitários, médicos, pessoas capazes de intervir em discussões exigentes. Tenta o governador dar aspecto modernizante a seu governo, embora no interior continue amparado em coronéis.

O governo de Juracy Magalhães não sobreviverá ao Golpe de Estado de Getúlio Vargas. Consultado previamente pelo Presidente da República, o governador baiano não concordou com o golpe projetado e afinal desferido por Vargas em 10 de novembro de 1937. Afastado do poder Juracy, o governo da Bahia foi sucessivamente ocupado pelos interventores Antonio Fernandes Dantas (1937-

1938), Landulfo Alves de Almeida (1938-1942) e Renato de Pinto Aleixo (1942-1945).

Mas, veio a nova reconstitucionalização. O golpe contra Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi semelhantemente golpe contra os interventores e perfeitos. O interventor Renato Onofre Pinto Aleixo foi afastado do governo baiano e em seu lugar foi posto Vicente Bulcão Viana (1945-1946), depois assumiram Guilherme C. da Rocha Marback (1946-1946) e Cândido Caldas (1946-1947).

A queda do ditador Vargas apressou a reorganização da vida partidária, o retorno de exilados, o impulso pela reconstitucionalização. Após eleições legislativas, foi elaborada a constituição de 1946.

Tendo retornado do exílio, a tempo de participar das eleições constituintes, Otávio Mangabeira tornou-se líder da UDN – União Democrática Nacional, nacionalmente, e principal candidato ao governo do Estado da Bahia juntamente com Juracy Magalhães.

Promulgada a Constituição Federal, reorganizada a vida partidária, estabeleceu-se a disputa de candidatos a candidatos ao Executivo da Bahia. Dois líderes, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães, adversários na década de 1930, ficaram no mesmo partido: UDN – União Democrática Nacional, dirigido nacionalmente pelo primeiro.

Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira selaram a acomodação de suas candidaturas na seguinte base: se a UDN conseguisse aliar-se ao PSD, para lançar candidato único ao governo baiano, esse candidato seria Otávio Mangabeira, mas se não houvesse coligação entre aqueles partidos, maiores na Bahia e no Brasil, Juracy Magalhães seria o candidato ao cargo. (SAMPAIO, 1980)

Em verdade, não apenas o PSD, carregado de muitos quadros políticos que serviram ao Estado Novo, coligou-se com a UDN. Em torno de Otávio Mangabeira uniram-se o PR – Partido Republicano, o PC do B – Partido Comunista do Brasil, e o PRP – Partido de Representação Popular, formando a Coligação Democrática Autonomista da Bahia. Esta coligação encabeçada por Otávio Mangabeira continha seus amigos da LASP, da década de 1930, além de políticos que serviram ao Estado Novo, grandemente abrigados no PSD, Comunistas e os integralistas do PRP. Era uma frente amplíssima de partidos.

A posição do Partido Comunista do Brasil em apoio a Otávio Mangabeira era algo estranhável. Afinal, os comunistas estavam a apoiar o político que, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, no governo Washington Luís, colocara o Itamarati a serviço da espionagem contra os “tenentes” e revolucioná-

rios no exílio e que, em agosto de 1946, no desempenho do mandato de deputado federal, beijou a mão do general D. Eisenhower, no congresso, quando da visita oficial desse ao Brasil. O gesto servil provocara inúmeras críticas².

Com sua forte coligação, Otávio Mangabeira disputou o pleito eleitoral contra o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, cujo candidato era Medeiros Neto, Presidente do Senado na data em que este fora dissolvido pelo golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Otávio Mangabeira foi eleito governador da Bahia nas eleições de 19 de janeiro de 1947. Sua vitória eleitoral foi expressiva: obteve 211.121 votos, enquanto Medeiros Neto ficou em distante segundo lugar com 92.629 votos. Também para deputados à Assembléia Legislativa, a coligação de Otávio Mangabeira obteve maioria eleitoral: eram sessenta os componentes da Assembléia Legislativa e desses apenas sete deputados estaduais, eleitos pelo PTB, formavam a oposição.

É no governo Mangabeira que ocorre o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia com a Universidade de Colúmbia, dos Estados Unidos.

2 OTÁVIO MANGABEIRA E O ENIGMA BAIANO

O governo de Otávio Mangabeira demorou de 10 de abril de 1947 a 31 de janeiro de 1951.

O Estado da Bahia sofrera bastante com a crise mundial do capitalismo e com a política dos interventores do Estado Novo. Tais fatores agravaram a tendência de estagnação e a perda de posição na economia nacional que vinha ocorrendo há muitos anos.

Altas taxas de mortalidade infantil, de analfabetismo, doenças, desemprego, surgimento de favelas, etc., compunham o quadro do Estado da Bahia.

Otávio Mangabeira, para caracterizar o atraso da Bahia apesar de suas potencialidades, adotou a expressão “enigma baiano”. O problema da involução econômica da Bahia merecera menção de alguns autores e persistiu como objeto de análise por muito tempo: Como consta nas Referências, Clemente Mariani (1977) dele tratou, assim como Rômulo Almeida (1977), Manoel Pinto de Aguiar (1977) e Luis Henrique Dias Tavares (1966). Foi debate que se prolongou até a década de 1960.

² A posição do PC do B está expressa em: Falcão (1988).

A questão do enigma – “porque a Bahia não se industrializa” – esteve na mente de políticos com maior preparo, jornalistas e outros estudiosos. Somente vencida a década de 60, com o surto de industrialização na Bahia, deixou-se de falar do “Enigma Baiano”.

Em sua mensagem de despedida à Assembleia Legislativa, lida em 27 de janeiro de 1951, Otávio Mangabeira (1951, p. 6) menciona sua preocupação quanto ao atraso econômico da Bahia, dizendo, dentre outras coisas, que

Trazia eu, entretanto, comigo para o governo não só o desejo profundo, mas a resolução inabalável de empregar ao serviço do Estado tudo o que estivesse no limite de minhas energias, até o último extremo da minha dedicação, no sentido de ser-lhe útil. Intrigava-me, desde muito, o que chamei “o enigma baiano”. Porque razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas eram, em geral tão celebradas, se mantinha, todavia em condições de progresso indiscutivelmente inferior ao que resultaria, em boa lógica, de semelhante conceito, assim tivesse ele a procedência que se lhe atribuía? [...] O desequilíbrio cada vez mais acentuado, entre o sul e o norte do Brasil, no que concerne a condições econômicas, progresso material, padrão de vida do povo, é assunto digno de ser tomado a sério pelos nossos homens públicos, principalmente os do Norte, para o fim de, examinadas as causas do fenômeno, cogitar-se das medidas necessárias a corrigir-lhe ou atenuar-lhe os efeitos [...] Ainda no mesmo rumo das preocupações com o engrandecimento da Bahia no campo da cultura científica, sem a qual não pode haver progresso autêntico, ou civilização consciente, usamos parte do fundo a que aludimos há pouco (art. 28 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 2 de agosto) para servir de base financeira, ou, digamos, de ponto de partida, a uma organização que instituímos com o nome de Fundação para Desenvolvimento da Ciência.

O art. 28 mencionado por Otávio Mangabeira previa aumento de meio por cento de todos os impostos estaduais a fim de compor fundo para pesquisas científicas, conforme pedido de Anísio Teixeira.

Mangabeira, segundo Nelson Sampaio (1980), frisou a necessidade de dar mais ênfase ao estudo das ciências básicas a fim de provocar uma mudança de mentalidade entre os baianos. Para tal fim criou, com a inspiração de Anísio Teixeira, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência.

Havia, na Bahia de então, certo clima de tomada de consciência da intelectualidade baiana quanto à realidade. A lamentação quanto à “terra do já teve” e o saudosismo quanto às “Glórias da Bahia”, começam a ceder lugar para a discussão das questões da cultura, da História e do saber. A redemocratização

necessariamente auxilia esse processo. O debate político é componente essencial. Ideias cuja explicitação antes era impossível puderam ser externadas sem o medo de que se estivesse penetrando a zona do pensamento perigoso. Havia limites, é evidente. Repressão, igualmente existia, mas não se estava mais diante da truculência do Estado Novo.

Nelson Carneiro, já 1945, criou o centro cívico J.J. Seabra para a discussão política e o PC do B organizou comitês populares democráticos, no mesmo ano. Manoel Pinto de Aguiar associado a Armando Souza criou a Livraria Progresso Editora, que teria tanta importância na vida intelectual dos baianos. Em 8 de abril de 1946, o Decreto – lei 9.155 cria a Universidade Federal da Bahia, instalada na data magna Baiana – 2 de julho.

Então já desde antes da promulgação da Constituição Federal, em 18 de setembro, o processo de retomada das liberdades públicas e de discussão sobre a realidade se estabeleceu.

Alguns livros gestados na época demonstram a preocupação com a temática social, cultural, étnica e histórica. Em 1946, Luís Viana publicou *O Negro na Bahia*; Valentin Calderon deu à luz seu estudo sobre o *Sambaqui da Pedra Oca*; é de 1947 o *Quilombo dos Palmares* e de 1948 *Candomblés da Bahia*, importantes livros de Edson Carneiro; Pedro Calmon, dando continuidade a seu trabalho de historiador, publica, em 1949, *História da Literatura Bahiana*; são respectivamente de 1944 e 1945 as edições de *Os Elementos culturais da pesca baiana*; *Vestígios de cultura Indígena no Sertão da Bahia*, de Carlos Ott; Vanderlei Pinho publica *Um Engenho no Recôncavo*, em 1946; Nelson Sampaio publicara, em 1945, *Democracia Racial*; a *História da Fundação da Cidade do Salvador*, de Teodoro Sampaio, saíra em edição póstuma (1949); também em 1949 é editada a obra de leitura indispensável – *O Povoamento da Cidade do Salvador*, de Thales de Azevedo. São obras antecedidas por *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de 1939 de Nestor Duarte³.

Considerando-se o tempo de pesquisa e elaboração, mesmo livros editados em a década seguinte são gestados na década anterior.

O clima intelectual era de certa tomada de consciência crítica. Clima adequado, portanto, às pesquisas e ao sentimento da necessidade de conhecer cientificamente a realidade. A Fundação idealizada por Anísio Teixeira e viabilizada por Mangabeira encontrava-se em contexto intelectualmente favorável.

³ Também é o caso da literatura, com os escritores, dentre outros, Herberto Sales, Jorge Amado, Camilo de Jesus Lima.

3 O PROGRAMA DE PESQUISAS SOCIAIS DO ESTADO DA BAHIA E O CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE DE COLÚMBIA

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia celebrou convênio com a Universidade de Colúmbia para pesquisas no território baiano.

O Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia e o convênio celebrado em seu âmbito entre a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e a Universidade de Colúmbia inserem-se no contexto do Governo Otávio Mangabeira, especialmente quanto às preocupações de parte da elite baiana com o “Enigma Bahiano”: cumpria conhecer a realidade da Bahia como passo importante para entender-se possibilidade de mudança.

É interessante deixar claro que as pesquisas seriam coordenadas por Charles Wagley, pela Universidade de Colúmbia, e Thales de Azevedo, pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia, e jovens antropólogos norte americanos desenvolveriam as pesquisas que embasariam seus trabalhos de pós-graduação, mas que serviriam igualmente para utilização pelo Estado da Bahia, como diagnóstico para planejamento da ação do poder público estadual.

Thales de Azevedo, L.A. Costa Pinto e Charles Wagley dizem, em *Uma pesquisa sobre a vida Social no Estado Bahia* (1968), que os estudos decorrentes daquele programa visavam a primariamente adquirir um conhecimento da sociedade e da cultura dos habitantes da região rural da Bahia e uma compreensão da dinâmica das mudanças de cultura que agora se verificam e que se podem esperar nesta ampla área do Brasil ⁴.

Thales de Azevedo (1968) esclarece que o método escolhido foi o de “estudos de comunidades”, em que a cultura de uma pequena sociedade, considerada representativa dos modos de vida de uma sociedade regional ou nacional, é analisada por meio de instrumentos teóricos da hodierna Antropologia Social. No caso, o planejamento da investigação, a abordagem metodológica dos problemas e as técnicas de campo basicamente etnográficas, mas, combinados com os da Sociologia. A cultura foi, em consequência, descrita e interpre-

⁴ Vide em Poppino (1968). Prefácio de Thales de Azevedo onde este cientista baiano repete o que se encontra Sobre Método de Campo em pesquisa de comunidade. Thales de Azevedo (1954), publicou ainda, sobre método, o Estudo das Áreas Regionais. Wagley (1955) fez avaliação do método em “Brazilian Community Studies; A Methodological Evaluation.

tada como uma unidade funcional e dinâmica a partir da história social e da ecologia de cada comunidade⁵.

A idéia geral era a de que havia comunidades representativas de cada região e que os dados colhidos nelas serviriam para a “comparação de padrões da sociedade brasileira” tradicional. A compreensão da cultura e da dinâmica das comunidades tradicionais, em comparação com outras, poderiam ser generalizadas, e dos estudos chegar-se-ia ao conhecimento da dinâmica sócio-cultural. O método era o funcionalismo, que apesar de ser muito utilizado e continuar a sê-lo pelos cientistas sociais, especialmente por antropólogos, já sofria crítica daqueles que o consideravam ahistórico. (ROSTOV, 1966)⁶

Ausente do direcionamento teórico não estava a concepção, que gradativamente foi ocupando o pensamento dos economistas de que as sociedades tradicionais passariam pelo mesmo processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas ocidentais mais influentes e cuja sistematização sumária pode ser vista na obra de Rostow⁷.

Foram escolhidas as comunidades tradicionais e seus responsáveis pelas pesquisas: uma na árida região nordestina; uma na comunidade produtora da cana de açúcar, próxima da costa; uma na região montanhosa onde a mineração outrora era importante, e uma na zona cacaueteira no Sul da Bahia⁸.

Harry William Hutchinson foi encarregado de estudar a vida social em São Francisco do Conde, comunidade tida como representativa do Recôncavo. Seu trabalho, que contou com a colaboração da Carmelita Junqueira Ayres Hutchinson, sua esposa, filha de família tradicional daquela região, resultou na publicação de *Village and Plantation life in Northeastern Brazil*. Mas de suas pesquisas e

⁵ Para uma visão resumida, porém segura, dos argumentos pró e contra o funcionalismo, é muito proveitosa a leitura do capítulo 8 de Elementos de sociologia teórica, de Florestan Fernandes (1970).

⁶ Uma visão diferenciada encontra-se em Celso Furtado (1964). O próprio Charles Wagley (1977), pessoa de proa na execução do convênio entre a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia e a Universidade de Colúmbia, expressa preocupação com o desenvolvimento, a exemplo de quando escreve: “Contudo essa cultura tradicional da Amazônia e o sistema sócio – econômico que a sustentou constituem uma barreira à mudança e à formação de nova sociedade e cultura amazônica que o Brasil espera desenvolver”. A citação acima é extraída do prefácio à 2ª Edição.

⁷ Wagley (1967). Trata-se de publicação de Harper and Brothers Publishers, N.Y., para o Council on Foreign Relations, Inc, 1960, versão pouco alterada de seu trabalho. Wagley modificou e atualizou seu trabalho “A Revolução Brasileira”, Livraria Progresso Editora, edição conjunta com a Fundação para o Desenvolvimento da ciência na Bahia, Salvador, 1959.

⁸ A Editora Itapuã, de Salvador, chegou a anunciar que publicaria a obra de Hutchinson, com o título de Vila Recôncavo (Uma comunidade açucareira da Bahia). O seu guia é Field guide to Brazil (Nova York, Academia Nacional de Ciências, 1960).

estudos foram publicados outros textos dentre os quais *Uma Comparação da estrutura social da família no Brasil e nos Estados Unidos*, e um “guia de campo”, voltado para o Brasil.

Marvin Harris ficou com a tarefa de estudar uma comunidade tradicional do sertão baiano. Foi escolhida, como comunidade representativa dessa região, o município de Rio de Contas. Da pesquisa surgiu o livro *Town and Country in Brazil*. Mas, em consequência de seus estudos no Brasil e em outros lugares, Marvin Harris publicou *Patterns of Race in the Americas*.

Anthony Leeds estudou comunidade na zona cacaeira, mas seu estudo, ao que consta, não foi publicado. Escreveu um dos livros pioneiros de Sociologia Urbana do Brasil, em colaboração com Elizabeth Leeds, cuja edição brasileira tem prefácio de Thales de Azevedo e é de sua autoria o inédito *Economic Cycles in Brazil: The persistence of a total – culture pattern: cacao and other cases*, resultado de suas pesquisas na região cacaeira, dissertação muito citada⁹.

Benjamin Zimmerman seria responsável por estudar a comunidade de Monte Santo, no sertão árido da Bahia. É conhecida sua participação na obra *Races et classes dans le Brésil Rural* decorrente de parte de seu estudo antropológico daquela comunidade sertaneja.

Charles Wagley menciona, como vinculados ao projeto referido, aqueles quatro autores e as comunidades respectivas de seus estudos. Sabe-se que Rollie E. Poppino passou a integrar no projeto. Esse cientista social já havia feito um estudo sobre a expansão pecuária na Bahia, inclusive o papel de Feira de Santana para isso (*Cattle industry in colonial Brazil, Sud – America XXXI*, outubro de 1949, 219 – 247). Com o Programa de Pesquisas, auxiliado por bolsa da Henry L. and Grace Doherty Foundation e da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia, voltou a estudar aquele município baiano e publicou a obra *Feira de Santana*, título omitido por Wagley. Poppino estudou uma sociedade que é também representativa, no caso, de uma área de transição entre o Recôncavo e o Sertão seco. Rollie E. Poppino não era da Universidade de Colúmbia, mas da Universidade de Stanford. É de sua autoria, ainda, o livro *Brazil: The Land and the People*¹⁰.

⁹ Leeds publicou ainda outros textos sobre o Brasil e é dele um Programa de Curso de Mestrado em Antropologia Social para a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional.

¹⁰ Poppino era em verdade historiador. Thales de Azevedo usou sua obra *Feira de Santana* para rebater a crítica de José Honório Rodrigues e Gilberto Freyre de que o método de estudos de comunidades era ahistórico (vide prefácio a *Feira de Santana*, já citado).

Não podem ser esquecidas pesquisas, no âmbito do Programa, feitas por L.A. Costa Pinto que retornaria ao Recôncavo e, com novos dados, publicaria "*Recôncavo; laboratório de uma experiência humana*"¹¹.

Josildeth da Silva Gomes, participante do Programa referido, pesquisou e escreveu sobre a chapada Diamantina: *Povoamento das Lavras Diamantinas*. (Revista Instituto Geográfico histórico da Bahia, nº72).

Decorre do programa também o trabalho de Charles Wagley *Race and Class in Rural Brazil (e Regionalism and Cultural Unity in Brazil)* ¹².

No final, há relação de trabalhos que, direta ou indiretamente, vincularam-se ao convênio entre a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e a Universidade de Colúmbia.

O programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia foi de iniciativa de Anísio Teixeira, Secretário de Educação e Saúde da Bahia.

4 POR QUE UNIVERSIDADE DE COLÚMBIA?

A partir dos anos 30 do século passado, estudos, pesquisas e diagnósticos de problemas brasileiros começaram a ser confiados a técnicos dos Estados Unidos. A partir daí, até as décadas seguintes, a presença americana no Brasil passa a aumentar significativamente na década de 1930 e intensificar-se-á na década seguinte.

Os Estados Unidos passaram a amenizar a política do *big stick*, substituindo-a pela política da boa vizinhança. Promoveram a evacuação do Haiti, de 1933 a 1943, da Nicarágua, em 1933, e das Filipinas, em 1935. Na década de 40, a Missão Cook veio ao Brasil para proceder ao levantamento do potencial econômico brasileiro. Especificamente para a Amazônia foi criado o projeto *Agricultural and mineral technical advisory Service*, sob a responsabilidade do *Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs*. Esse mandou para a Amazônia uma equipe de técnicos e Cientistas, dentre os quais um antropólogo da Universidade de Colúmbia: Charles Wagley. Não se tratava de um estudo desinteressado dos americanos, mas pesquisa que considerava o âmbito dos inte-

¹¹ L.A. Costa Pinto é autor do famoso livro "Lutas de Famílias no Brasil". Foi professor em várias universidades norteamericanas.

¹² Wagley já conhecia o Brasil. Estudou os índios Tapirapé (1939-1940), Tenetehara (1941-1942) e a Comunidade de Itá, no Amazonas. Foi Fulbright Professor, em 1962, na Universidade Federal da Bahia. O texto citado é do prefácio à segunda edição de "Uma Comunidade Amazônica", 1977.

resses políticos e econômicos. (TOTA, 2000). Charles Wagley seria coordenador, do lado americano, do convênio entre a Universidade de Colúmbia e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia, na década de 1940 e início da década de 1950. O próprio Charles Wagley (1977, p. 13) informa:

Em 1941 voltei para estudar os índios Tenetehara, uma tribo que vivia em estreito contato com brasileiros da zona rural e que estava sendo gradualmente incorporada à nação. E então, em 1942, os acontecimentos colocaram-me em contato direto com os problemas do Brasil moderno. Naquele ano, como parte de seu programa comum para o esforço de guerra, os governos do Brasil e dos Estados Unidos estabeleceram um serviço cooperativo de saúde pública que se tornou conhecido como SESP (Serviço Especial de Saúde Pública). O SESP foi concebido, a princípio, como uma medida de guerra e um de seus principais programas era fornecer assistência médica aos produtores de matérias primas estratégicas – os seringueiros do Vale Amazônico, os emigrantes das zonas do Nordeste devastadas pelas secas que demandavam o Amazonas para extrair a borracha, e os mineiros de mica e quartzo das regiões montanhosas do Brasil Central. Vivendo a maioria dessa gente, no interior, um antropólogo social, com grande experiência do sertão brasileiro, seria de grande utilidade para o serviço.

A política exterior americana passou a desejar conhecer mais os países da América. Em 1946, com esse objetivo, foi aprovado o “Fulbright Act” para financiar intercâmbios culturais, técnicos e educacionais em outros países. As universidades dos Estados Unidos passaram a se interessar pelas pesquisas em países da América Latina. Em 1947 as universidades do Texas, Tulane, Carolina do Norte e Vanderbilt criaram Institutos de Estudos da América Latina. O Instituto da Universidade de Vanderbilt ficou direcionado para o Brasil.

Havia, assim, interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos em estudos sobre a América Latina e as Universidades americanas passaram a receber grande ajuda econômica com as quais poderiam desenvolver estudos no exterior. Entre 1949 e 1998, 140 estudiosos dos Estados Unidos tiveram bolsas custeadas pela *Fulbright Association* para virem pesquisar no Brasil, além de 757 que para cá vieram proferir palestras e 85 que participaram de programas de intercâmbio¹³.

¹³ Em a Revolução Brasileira: Transformações Sociais desde 1930, diz Charles Wagley: “O Brasil é aliado dos Estados Unidos. A orientação de seu desenvolvimento interno bem como de suas políticas externas serão importantes para nós”. (ADAMS et al., 1967, p. 155-196)

O Convênio referido insere-se, portanto, no projeto político americano para o Brasil.

Além disso, não é fato excepcional que a Universidade de Colúmbia tenha celebrado convênio com uma fundação baiana para vir pesquisar na Bahia. Ao contrário, era uma Universidade conhecida de Anísio Teixeira, que ali estudara por mais de um período, na década de 1920. Em 1928, Anísio Teixeira, de novo nos Estados Unidos, estuda no Teacher's College da Universidade de Colúmbia a qual lhe confere o título de Master of Arts.

Também Gilberto Freyre atrairia a atenção da Universidade de Colúmbia para o Brasil. Gilberto Freyre fez pós-graduação em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na Universidade de Colúmbia, onde foi aluno de Franz Boas, Franklin Henry Giddings, e onde defendeu sua tese *Social Life in the middle of the 19 th Century* (origem de *Casa Grande e Senzala*), que tanto prestígio teve nos Estados Unidos. Também em Colúmbia, Gilberto Freyre doutorou-se em letras e, em 1938, dirigiu seminário para pós-graduados sobre Sociologia da escravidão. Judy Brieber (2002) diz que Ruth Landes fala do entusiasmo gerado pelo trabalho de Freyre entre os professores e alunos do curso de pós-graduação da Universidade de Colúmbia, particularmente entre os orientandos de Franz Boas. O Grupo de Ruth incluía Charles Wagley, Donald Pierson e Melville Herskovits. A autora refere-se à menção da importância de Gilberto Freyre, inclusive a opção por vir pesquisar no Brasil, por parte de Ruth Landes (1967)¹⁴, autora de *A cidade das Mulheres*. (BRIEBER, 2002)

Antes mesmo do convênio entre a Universidade de Colúmbia e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia, pesquisadores daquela já mantinham colaboração com o Museu Nacional, como esclarece Mariza Corrêa:

No Outono de 1938 chegavam ao Brasil os primeiros pesquisadores norte-americanos de uma longa série a vir para cá, inaugurando uma cooperação entre instituições universitárias brasileiras e norte-americanas que se mostrou duradoura. Com uma particularidade: os primeiros a chegar, graças a uma colaboração estabelecida entre o Museu Nacional e a Columbia University, eram antropólogos. Em 1938 chegavam William Lipkind e sua esposa, Buell Quain, definindo na documentação da época como seu assistente, e Ruth Landes. No ano seguinte chegaria Charles Wagley, que manteve relações de

¹⁴ Com duas edições em editoras universitárias diferentes, nos estados Unidos, o livro de Ruth Landes, *The city of women*, tem versão brasileira- *A cidade das mulheres*.

amizade e trabalho no Brasil ao longo de quase toda sua vida, tendo casado com uma moça brasileira, e, nos anos seguintes James e Virginia Watson e Robert e Yolanda Murphy. Wagley afirma que foi por iniciativa da então diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, em carta dirigida a Franz Boas sugerindo a vinda de jovens antropólogos para trabalhar no País, que a cooperação teve início. Ruth Landes lembra que Jules Henry foi o primeiro aluno de Colúmbia a vir para cá, para estudar os kaingang, e que fora graças a ele que Ruth Benedict e Franz Boas se interessaram pelo Brasil como campo de estudos. Seja como for, todos os jovens antropólogos que trabalharam sob a tutela de Heloísa Alberto Torres, que, não só como diretora do Museu Nacional, mas principalmente como integrante do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, criado em 1933, tinha um papel preeminente na antropologia brasileira, vieram para o País com o objetivo de estudar as populações indígenas. Com uma exceção, Ruth Landes. (CORREA, 2002)

É evidente que não apenas o interesse de Anísio Teixeira e da política de Mangabeira, inclusive a necessidade de entender a realidade social com vistas a compreender o **Enigma Baiano**, explicam o convênio da Universidade de Colúmbia com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia.

Aspectos facilitadores da escolha daquela universidade estavam acordes com interesse americano de conhecer o Brasil. Em nova realidade da guerra fria, o conhecimento da realidade do mundo possuía valor instrumental para a política externa dos Estados Unidos. Mas há que considerar interesses acadêmicos, relacionamentos entre professores, fontes de custeio, etc. Questões práticas unem-se a outras de interesse científico e a produção decorrente do convênio entre a fundação baiana e a universidade americana demonstra certamente isso, independentemente do valor intrínseco dos trabalhos escritos ou publicados, pois há possivelmente defensores e críticos da produção atingida, mas os estudos, criticáveis ou não, têm a sua importância. O marco de trabalhos fortemente empíricos é traço que importou em críticas à produção acadêmica dos estudiosos norte americanos, assim como a perspectiva funcionalista de vários deles.

Mas sempre vale a pena vê-los no contexto e com o olhar crítico.

A Universidade de Colúmbia também criaria o seu Instituto de Estudos Latino- Americanos. Em 2001, a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos promoveu a criação do Centro de Estudos Brasileiros na Universidade de Colúmbia. Por volta de 2000, a Universidade de Columbia computava 21 dissertações sobre o Brasil, das quais 9 são publicadas em forma de livro, fato que a coloca em

primeiro lugar quanto à publicação de obras de brasilianistas dos Estados Unidos nesse país.

5 RESULTADOS

A própria menção dos estudos filiados ao convênio entre a Universidade de Colúmbia e a Fundação para o Desenvolvimento no Estado da Bahia oferece alguma dificuldade que apenas pesquisa em arquivo pode esclarecer.

Wagley, em nota a uma edição com leves alterações de *A Revolução Brasileira*, menciona apenas quatro estudos como vinculados àquele convênio. No caso, as pesquisas de Harry W. Hutchinson, em São Francisco do Conde, origem de *Estrutura de uma Comunidade do Nordeste Açucareiro* e de *Village and Plantation in Northeastern Brazil*; os trabalhos de Marvin Harris, que resultaram no livro *Town and Country in Brazil*, sobre o município de Rio de Contas; estudos de Anthony Leeds sobre a região cacauzeira da Bahia, dos quais não se tem indicação de publicação; um trabalho sobre comunidade no sertão árido, que deve ser o trabalho de Rollie E. Poppino sobre Feira de Santana.

Thales de Azevedo acrescenta a pesquisa de Rollie E. Poppino, em Feira de Santana, afirmando que esta fez parte do convênio. O livro *Feira de Santana*, daquele autor americano, decorre das pesquisas mencionadas. Thales de Azevedo também filia diretamente ao convênio, mas já com a participação da UNESCO, o inquérito que ele empreendeu e do qual resultou *Les Elites de Couleur dans une Ville Brésilienne*, livro publicado pela UNESCO, em Paris, no ano de 1953, traduzido como *As Elites de Cor - Um Estudo de Ascensão Social* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1955).

Ainda são mencionadas por Thales de Azevedo “uma pesquisa de Wagley sobre a vida social no estado da Bahia”, sem dizer o título; *“Sobre métodos de campo no Estudo de comunidade”* (Wagley e Azevedo e L.A. Costa Pinto); *“Notas preliminares ao estudo da família no Brasil*, de Carmelita Junqueira Ayres Hutchinson; *“Estrutura de uma Comunidade do Nordeste açucareiro e Comunidades e Fazendas* de H. W. Hutchinson; *Economic Cycles in Brazil: The persistence of a total culture-pattern”*, de Anthony Leeds e *“Um Candomblé de Cabloco da Ilha de Itaparica*, de Carlo Castaldi.

O caso das pesquisas de L.A. Costa Pinto no Recôncavo também se filia ao convênio aqui mencionado, mas tem especificidade: inicialmente aquele pesquisou nos anos de 1950-1951 pelo convênio. Em 1952 e 1953, retorna para aprofundar seus estudos na área e somente em 1958 o resultado de seus traba-

Ihos é publicado pelo Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais da UNESCO, sob o título *Recôncavo; laboratório de uma experiência humana*.

Thales de Azevedo inclui igualmente como decorrente do convênio referido o trabalho da jovem professora Josildeth da Silva Gomes, *Povoamento das Lavras Diamantinas* estampado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 72, de 1952.

Há trabalhos indiretamente vinculados ao convênio, como é o caso de *Uma comparação da estrutura social da família no Brasil e nos Estados Unidos*, publicado em "Arquivos da Universidade da Bahia, Faculdade de Filosofia", nº 4(1955), e de *Race and class in Rural Brazil*, de Charles Wagley (organizador) com capítulos de Zimmerman, Harris e Hutchinson.

Há dificuldades para o estudo do Programa de Estudos Sociais e do convênio com a Universidade de Colúmbia, pois há pesquisas cujos relatórios não foram publicados e, ao que se sabe, existem; e por isso é necessário trabalho de busca em arquivos, novas pesquisas bibliográficas, entrevistas, e buscas na própria Universidade de Colúmbia.

O presente trabalho é um dos passos iniciais no âmbito de pesquisa que vários professores estão desenvolvendo sobre o convênio multimencionado e os trabalhos dele resultantes. Seu autor optou por estudar o contexto em que se insere aquela colaboração entre a Universidade Americana e uma entidade brasileira: âmbito histórico de confluência entre interesses da política do Estado da Bahia, política externa americana, acadêmicos e relacionamentos de intelectuais brasileiros com a Universidade de Colúmbia.

ANEXO A: Trabalhos decorrentes do Programa de Pesquisas Sociais no Estado da Bahia – Universidade de Colúmbia, Convênio com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia.

Autores	Obras
Anthony Leeds	Economic Cycles in Brazil: The persistence of a Total – culture Pattern: Cacao and Other Cases.
Carlo Castaldi	Um candomblé de caboclo da Ilha de Itaparica.
Carmelita Junqueira Ayres Hutchinson	Notas preliminares ao estudo da família no Brasil.
Charles Wagley (org), Zimerman, Marvin Harris e Harry William Hutchinson	Race and class in Rural Brazil.
Harry William Hutchinson	* Estrutura de uma Comunidade do Nordeste Açucareiro * Comunidades e Fazendas * Uma comparação da Estrutura Social da Família no Brasil e nos Estados Unidos. * Village and Plantation Life in Northeastern in Rural Brazil
Josildeth da Silva Gomes	Povoamento das Lavras Diamantinas.
L.A. Costa Pinto	Recôncavo; laboratório de uma experiência humanaObs: Apenas em parte decorrente do programa.
Marvin Harris	* Town and Country in Brazil.
Rollie E. Poppino	* Feira de Santana
Thales de Azevedo, Charles Wagley, L.A. Costa Pinto	*Sobre métodos de campo no Estudo de Comunidade.
Thales de Azevedo	*As Elites de cor – Um Estudo de Ascensão Social. Obs.: Pesquisa e obra com patrocínio da UNESCO, mas que, segundo Thales de Azevedo, estão vinculadas ao convênio.

ANEXO B: Bibliografia referente ao Brasil dos autores norteamericanos envolvidos com o Programa de Pesquisas Sociais no Estado da Bahia – Universidade de Colúmbia

<p>Anthony Leeds</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Brazilian Careers and Social Structure: An Evolutionary Model and Case History, American Anthropologist, 66:1321-47 (1964). * Economic Cycles in Brazil: The persistence of a total culture – pattern – cacao and other cases (inédito, arquivo Universidade de Colúmbia). * Brazil and the myth of urban rurality: urban experience, Work, and values in “squatterments” of Rio de Janeiro and Lima, conferência. * A Sociologia do Brasil urbano (em colaboração com Elizabeth Leeds e outros), Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1978. * Curso de Mestrado em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1969. * Fatores culturais em educação: Brasil, Índia, Estados Unidos, União Soviética: alguns problemas de Antropologia aplicada, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962. * Brazil as a system (em colaboração com Charles Wagley), Universidade de Massachussets, 1977. * Thales de Azevedo's influence on Brazilian studies by North-Americans: a personal note, Austin, Institute of Latin American Studies, 1972 (também em Universitas, nº 6/7, reparata, Salvador, UFBA, maio/dezembro, 1970). * Brazil into 1960's: Favelas and Polity. * Brazil and the Myth of Francisco Julião, 1964.
<p>Charles Wagley</p>	<ul style="list-style-type: none"> * The Tenetehara Indians of Brasil (em colaboração com Eduardo Galvão). * An Introduction to Brazil, Nova York, Colúmbia University Press, 1971. * Race and class in Rural Brazil, UNESCO, Paris, 1952 (trata-se de capítulo do Livro Uma Comunidade Amazônica publicado em separado, folheto) * Uma Comunidade Amazônica, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977 (segunda edição). * Brazilian Community Studies; A methodological evaluation, Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, Editora Anhembi, 1955.

Marvin Harris	<ul style="list-style-type: none"> * Town and Country in Brazil, New York, The Norton Library, 1956. * Patterns of Race in the Americas, Nova York, Walker e co., 1964.
Harry William Hutchinson	<ul style="list-style-type: none"> * Village and Plantation Life in Northeastern, Seattle, University of Washington Press, para America Ethnological Society, 1957. * Estrutura de uma comunidade do Nordeste Açucareiro. A publicação dessa obra foi anunciada, em 1968, como um dos próximos lançamentos pela Editora Itapuã, com o título de Vila Recôncavo (Uma comunidade Açucareira da Bahia). * Comunidades e Fazendas * Uma comparação da Estrutura Social da Família no Brasil e nos Estados Unidos, in Arquivos da Universidade da Bahia – Faculdade de Filosofia, nº 4, Salvador 1956. * Field Guide to Brazil, National Academy of Sciences – National Research Council, Washington, 1960.
Rollie Edward Poppino	<ul style="list-style-type: none"> * Brazil: the land and people, Nova York, Oxford University Press, 1971. (há edição de 1968). * Feira de Santana, Salvador, Editora Itapuã, 1968. * Cattle Industry in Colonial Brazil, Sud-America XXXI, 219-247, 1949.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Richard et al. **Mudança social na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. **Bahia de todos os fatos**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1997.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor – um estudo de ascensão social**. São Paulo: Editora Nacional 1956. (Série Brasileira).

AZEVEDO, Thales. **O povoamento da Cidade de Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

AZEVEDO, Thales. **O estudo de áreas regionais**. Arquivos da Universidade da Bahia – Faculdade de Filosofia, n. III, 1954.

AGUIAR, Manuel Pinto. **Notas sobre o “Enigma Baiano”**. Salvador: Livraria Progresso, 1958.

AGUIAR, Manuel Pinto. Notas sobre o “Enigma Baiano”. **Planejamento**: Revista da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Salvador, out./dez.1977.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento**: Revista da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Salvador, n. 4, out./dez., 1977.

BARBOSA, Rubens Antonio; EAKIN, Marshall C.; ALMEIDA, Paulo Roberto (Orgs.). **O Brasil dos brasilianistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org). **Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BRIEBER, Judy. História do Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000. In: BARBOSA, Rubens Antonio; EAKIN, Marshall C.; ALMEIDA, Paulo Roberto (Orgs.). **O Brasil dos Brasilianistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CONSELHO DE CULTURA DA BAHIA. **Um praticante da democracia**: Otávio Mangabeira. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1980.

CORRÊA Mariza. Prefácio In: LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Editora Nacional; EDUSP, 1970.

FURTADO, Celso. **Dialético do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

HARRIS, Marvin. **Town and country in Brazil**. New York: The Norton Library, 1956.

HUTCHINSON, H.W. **Field guide to Brazil, National Academy of Sciences – National Research Council**. Washington: [s.n.], 1960.

MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951.

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico Baiano. **Planejamento Ciência e Tecnologia**, Salvador, n. 4, out./dez. 1977. (Conferência para a Escola Superior de Guerra).

MORAIS, Valfrido. **Jagunços e heróis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889 – 1934)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itupuã, 1968.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Ed. da Universidade da Bahia, 1999.

SAMPAIO, Nelson Souza. O governador Otávio Mangabeira. In: CONSELHO DE CULTURA DA BAHIA. **Um praticante da democracia**: Otávio Mangabeira. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1980.

SAMPAIO, Nelson de Souza. O diálogo democrático na Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1960.

SAMPAIO, Nelson de Souza. O Governador Otávio Mangabeira. **Revista da Fundação Pedro Calmon**, Salvador, ano 1, nº 1, 1996.

SILVA, Paulo Santos. **A volta do jogo democrático – Bahia, 1945**. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **O problema da inovação? industrial da Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1966.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.

WAGLEY, Charles. Brazilian community studies; a methodological evaluation. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31. **Anais...** São Paulo: E. Anhembi, 1951.

WAGLEY, Charles. **A revolução brasileira**. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

WAGLEY, Charles. A revolução brasileira. In: ADAMS, Richard N. et al. **Mudança social na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WESSON, Robert W. **A nova política externa dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Recebido em: fev./2009

Aprovado em: mar./2009